

## A CLASSE OPERÁRIA: UMA TEMPORADA NO PARAÍSO. Rio de Janeiro, 1923-1924

*Maria do Rosário da Cunha PEIXOTO\**

Este artigo foi escrito a partir da arguição feita pela Prof<sup>ª</sup>. Dra. Antonieta Antonacci, por ocasião da defesa da Dissertação de Mestrado da autora.

Este título, à primeira vista, permite pelo menos duas leituras. No primeiro caso, pode sugerir que a classe operária tenha alcançado o paraíso, ainda que temporariamente. Pode igualmente ser entendido como uma afirmação irônica de que esse paraíso, embora prometido ou esperado, nunca existiu.

Para tornar mais claro o caminho percorrido ao longo desse trabalho e, portanto, esclarecer o real significado do próprio título, creio ser importante falar do tema a que se refere. O objeto dessa investigação é a aliança entre o Partido Comunista (PCB), a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira (CSCB) nos anos de 1923-1924, Rio de Janeiro, sob o patrocínio do jornal O PAIZ.

Conta-nos Brandão que, a pretexto de querer proletarizar a CSCB, Sarandy Raposo, seu presidente e fundador, dizendo-se representante de 140 mil operários, procurou o PC, colocando-lhe à disposição grande parte da “secção operária” do jornal O PAIZ. O PCB aceitou a proposta<sup>1</sup>.

*NO MEIO OPERÁRIO*, esse é o nome da referida seção, é ao mesmo tempo uma manifestação da aliança e seu registro. É também

\* Professora do Departamento de História da PUC SP.

1. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. v. 1.

um dos seus sujeitos mais ativos. Ele a patrocina e viabiliza. E ao fazê-lo torna-se porta-voz de um outro ator: a CSCB. A partir daí, como não poderia deixar de ser, O PAIZ se tornou a fonte privilegiada para essa investigação e também seu pólo irradiador, isto é, o ponto de referência a partir do qual a questão foi sendo continuamente problematizada. Desse modo, com a expressão *paratso* – eu pretendi descrever um ambicioso projeto de reordenação do social – refiro-me à proposta da CSCB endossada pelo O PAIZ – tentando apreendê-lo em suas múltiplas facetas, o que explica a variação de significados que a palavra vai adquirindo no decorrer do texto<sup>2</sup>.

A primeira indagação foi a respeito da natureza do próprio documento que me propunha analisar, a página operária de O PAIZ. Que razões motivariam um jornal da grande imprensa que se autodefinia como conservador a abrir páginas para a classe trabalhadora; colocar-se francamente em defesa da CSCB, assumindo junto com ela a proposta de unidade sindical, promovendo encontros com líderes operários; permitir a publicação não apenas de comunicados, avisos e convites, a exemplo de tantos jornais, mas também farto material do Partido Comunista e da IIIª Internacional Comunista?

Desvendar as razões dessa estranha aliança entre forças aparentemente tão diferenciadas como um partido revolucionário, um jornal conservador e uma confederação reformista que pregava abertamente a conciliação entre capital e trabalho passou a ser o objeto deste trabalho.

Tal aliança, a meu ver, evidencia o fato de que naquele momento, cada uma das entidades via na outra um ponto de apoio para seu projeto e não que seus interesses fossem os mesmos.

Buscando recuperar, na fala da CSCB, o diagnóstico que fazia da realidade, o tipo de sociedade que se propunha construir os caminhos que apontava para sua realização, pude verificar que a sociedade é pintada em cores um tanto sombrias. Importante notar a insistência em frisar alguns aspectos: é tempo de crise. O capitalismo é reacionário

2. A prática de colaboração de classes é bastante estimulada pelos presidentes Hermes da Fonseca e Artur Bernardes. E é justamente nessas horas que o jornal O PAIZ se aproxima da classe operária. Mas se prestamos um pouco de atenção a esse jornal dá para perceber que, se por um lado, a classe operária merece uma atenção toda especial desse jornal, esta atenção está circunscrita a um espaço especial, diferenciado, específico. Para entender O PAIZ é bom não se esquecer que se trata de um jornal extremamente coerente, em sua linha de ação. Fora da página operária, o trabalhador não é sequer mencionado, exceto na folha policial. Assuntos do trabalho não se misturam com assuntos de política, de cultura, de saúde, nem mesmo com os assuntos do capital.

e individualista, move-o a ganância e nenhuma preocupação pela classe trabalhadora. A situação da classe operária é desesperadora: baixos salários, más condições de vida e trabalho.

O movimento operário, se por um lado vive o seu grande momento: seus direitos internacionalmente reconhecidos, dão-lhe força e prestígio, sua voz e sua hora são chegados; por outro lado vive o seu momento crítico: a desunião de seus líderes e o perigo comunista podem pôr tudo a perder. O Estado é omissivo, o poder legislativo desinteressado e os políticos corruptos.

Assim, o próprio movimento operário é alvo de críticas severas. Sob o título do "Harmonizando elementos", o editorial do dia 26 de abril de 1923, ilustra bem isso. A análise que faz do movimento operário aponta a existência de quatro correntes: os anarquistas, "elementos da ação direta"; os comunistas, "trabalham para o treinamento material e doutrinário de suas falanges"; os sindicalistas-cooperativistas, fundadores da CSCB, "mantêm firme a solidariedade dos grupos que compõem, continuando a conquistar novos adeptos, constituem" "formidável expressão numérica, moral e política no sentido da ação econômica"; e, finalmente, "a coesão reacionária"<sup>3</sup>.

Após a dramática constatação que o embate se trava entre operários desunidos de um lado e a reação coesa de outro, afirma que o fortalecimento dos anarquistas e comunistas "cada qual vitimada, porém, por preconceitos divorciadores", levaria fatalmente à "vitória da coesão reacionária".

Desse modo, coloca o leitor diante do dilema: ou a vitória da CSCB significando paz, bem estar, progresso material, trabalho para todos, ou mais pobreza e exploração.

Após esse diagnóstico nada favorável, a CSCB e O PAIZ oferecem a saída: o conagraçamento de todos. Convidando à reflexão sobre as fecundas conseqüências de um acordo honesto em prol do proletariado propõem a realização de uma Conferência de líderes operários, onde fosse elaborado um programa comum de ação.

Defendendo a idéia de que acima dos estreitos limites dos interesses de classe, existe um bem comum a ser defendido e preservado – o interesse da Nação – a CSCB pretende ser o lugar de confraternização entre patrões e empregados: abriga em seu seio sociedades operárias e patronais. Desse modo deflagra intensa campanha em "prol de

3. O PAIZ: *Harmonizando Elementos*, 26 abr. 1923.

um entendimento atuador” entre líderes operários, dentro da ordem e da legalidade.

Em outras palavras, a CSCB oferece à classe trabalhadora e ao conjunto da sociedade a saída do caos: a coletivização dos meios de produção, gradativamente, sem choque, sem comoção. A longo prazo propõem criar uma sociedade nova, que fosse uma alternativa ao socialismo e ao capitalismo. Oferece-lhes, na realidade, remédio eficaz para todos os seus males, a realização integral de seus destinos: tornar-se a um só tempo trabalhador e proprietário, portanto, Justiça, Liberdade, felicidade enfim. Um programa assim tão amplo e tão ambicioso descortinou para mim a própria visão do paraíso: a humanidade humanizada e harmonizada para sempre. Daí o título: *A CLASSE OPERÁRIA: UMA TEMPORADA NO PARAÍSO?*

O que é o paraíso senão a realização da total bem-aventurança, o fim de todo sofrimento e a conquista da felicidade eterna?

Contrastando com a imagem da crise profunda em que se debate a sociedade e, em particular, a classe trabalhadora (sua maior vítima) a saída é extremamente simples. Basta que a sociedade se una em torno do programa da CSCB e que o Estado cumpra seu dever, realizando aquilo que é matéria de lei.

Mais do que prometer ao leitor, no futuro, uma sociedade mais justa, mais feliz, diferente desta em que o trabalhador vive, trabalha e sofre (e conhece tão bem), a CSCB acena com uma *possibilidade* real, pois o seu programa está incorporado à legislação e sua execução é uma questão apenas de tempo. Mais: seu programa se confunde com os ideais da própria República. A realização da República é uma tarefa da CSCB, a quem cabe a formulação teórica e a organização prática, isto é a escolha dos caminhos, incluindo a organização do trabalho “rural e urbano” cabendo à administração e aos legisladores facilitar e fomentar o seu trabalho.

As representações que a CSCB faz do social, de si mesmo, das outras tendências, da classe operária, do Estado têm, como você Antonieta, observou muito bem, o objetivo de *construir/referendar* a realidade por ela projetada. Suas táticas estratégicas são forjadas na prática cotidiana.

Ao mesmo tempo que acena para sociedade em seu conjunto (e não apenas para a classe operária) com a promessa de confraternização e indica como caminho o conagraçamento de todos – a visão sindicalista-cooperativista de paraíso é, por princípio, excludente. Afasta energicamente outros projetos, outras possibilidade, outras vias.

A tática da CSCB no seu esforço de convencer os operários, de envolvê-los em seu projeto se exprime da seguinte forma: no plano da utopia, ela descortina para a classe a visão do paraíso, pela coletivização dos meios de produção e no plano imediato, empenhada em melhorar-lhe as condições de existência, ela faz coro com os operários na luta por suas reivindicações imediatas. Agindo dessa forma ela desqualifica as propostas anarquistas e comunistas nos dois planos: a longo prazo faz questão de diluir as diferenças, reduzindo-as a questões de meios, vanglorizando-se de oferecer o mesmo resultado a custos mais baixos.

A curto prazo, proclama não poder existirem divergências quanto à necessidade de resolver os problemas imediatos da classe, atribuindo à má vontade dos que não querem cooperar, a responsabilidade pelas dificuldades em solucionar o grave problema nacional: seu radicalismo só faria abater sobre o operariado, já tão sacrificado, a repressão e o caos.

Desse modo a CSCB se apresenta na cena política não apenas como um caminho seguro, mas como o *único caminho* para se chegar à terra prometida, espécie de *passaporte para o paraíso*.

Enquanto desloca para a dimensão do futuro ou até mesmo do impossível a realização de outras propostas, não perde nenhuma oportunidade de demonstrar a facticidade de seu programa. A promessa do paraíso cooperativista – conforme observação sua, Antonieta, – desloca-se do futuro para o presente.

Um exemplo do que estou dizendo pode ser visto na edição de 25 de março de 1923 de NO MEIO OPERÁRIO que dedica três colunas do jornal à prestação de contas da Cooperativa de Consumo dos Operários da Cia. Tijuca.

O articulista fala do “grato dever” de comentar os relatórios-súmulas do sindicato e respectiva cooperativa “com o intuito de ressaltar resultados que todos os operários devem conhecer para que possam julgar dos proventos que poderão auferir” através do programa da CSCB.

Em seguida, os leitores são entregues à sedução dos números. Ficam sabendo, entre outras coisas, que a referida cooperativa realizou um lucro líquido quase igual ao capital inicial.

Trata-se de uma oportunidade (ao que parece bem aproveitada) de se mostrar na prática as vantagens do sindicalismo-cooperativista no sentido de melhorar a qualidade de vida dos operários, barateando o custo de mercadorias e, não raras vezes, forçando a baixa de preços no mercado. É também uma boa oportunidade de dizer ao operário, de

preferência com números, que o sindicalismo-cooperativista dá frutos que podem ser colhidos já, no presente, sem que seja necessário esperar pelo paraíso futuro: a facticidade e a viabilidade das cooperativas têm também o mérito de vislumbrar e tornar mais perto o *paraíso*.

O breve histórico de fundação da cooperativa que se segue demonstra o quanto é possível a convivência pacífica – e porque não dizer solidária – entre patrões e operários. É uma história que nos fala de como “ilustres e humanitários industriais, sinceramente desejosos da melhoria material e moral dos seus operários”, foram capazes de compreender-lhes o justo desejo de um dia virem a ser proprietários de suas próprias fábricas, facilitando-lhes a criação de uma cooperativa de consumo.

O sucesso da cooperativa de consumo, com apenas quatorze meses de vida é apresentado como garantia de que a posse das fábricas pelos operários será uma realidade.

Nessa direção é que vai a minha afirmação de que as assembléias para prestações de conta das cooperativas de consumo, além de reafirmarem a liderança de Sarandy, sempre presente, ainda concorrem para confirmar a tese de que as cooperativas são o primeiro passo, necessário e importante, para se chegar a um futuro promissor; além de uma demonstração de que o sindicalismo cooperativista começa a produzir frutos já no presente, reforçam a idéia de que as divergências doutrinárias não impedem a aliança das várias tendências no sentido de reivindicar melhorias imediatas para a classe, necessárias até mesmo para que possam levar avante uma luta contra o capital, pois “saco vazio não pára em pé”<sup>4</sup>.

Presente e futuro se fundem na cooperativa de consumo. Como embrião da nova sociedade ela representa para os trabalhadores, hoje, amanhã e sempre, confraternização e solidariedade. No momento (1923) ela significa não apenas a melhoria real, concreta, palpável de suas condições de vida, mas um aprendizado para o futuro – quando então todas as pessoas serão apenas *trabalhadores*, qualquer que seja a função desempenhada. Ao se assumirem como consumidores, patrões e operários terão resolvidas suas contradições de classe. Com a expressão “*no paraíso se confraternizarão todos*” eu procurava expressar de maneira irônica, o modo como O PAIZ e a CSCB, apesar de seu discurso, às vezes agressivo, contra o capitalista reacionário e ganancioso,

4. Expressão que ilustra bem a orientação política da CSCB e de O PAIZ no sentido de restringir a atuação da classe trabalhadora no âmbito estritamente reivindicatório.

deixavam intocados todos os pilares do sistema capitalista e ainda desmobilizavam a classe operária com sua prática de colaboração de classe.

Este trabalho expressa uma reflexão sobre o meu objeto, sobre o ofício do historiador, sobre o tempo em que vivo e o meu modo de intervenção nesse processo.

Com isso estou querendo dizer que meu compromisso é com o hoje e é o peso dessa palavra empenhada que me faz voltar para o passado. À semelhança do narrador de que nos fala Benjamim<sup>5</sup>, o historiador deve tecer a trama de sua narração com os fios da experiência: a sua e a dos outros, de modo que o seu relato possa ser incorporado à experiência de seus leitores, ouvintes, etc.

Desse modo, a escolha do tema, a problematização, a construção do texto e o próprio título expressam a minha perplexidade, melhor dizendo, a minha recusa e certas práticas, hoje tão frequentes, em setores de esquerda que, à semelhança do partido comunista (já naquela época) se aliam com forças conservadoras a pretexto de combater forças ainda mais conservadoras. Expressam bem essa situação as recentes campanhas pelo “voto útil” e sua contra-partida, a desqualificação das posições mais à esquerda, consideradas inviáveis devido ao caráter avançado demais de seu programa. Subjacente a esta postura está a idéia da fraqueza das forças populares, sua incapacidade de levar avante um projeto de mudanças profundas e a conseqüente necessidade de períodos de transição que nunca acabam.

Com os títulos dos capítulos e as epígrafes procurei antecipar a minha avaliação da referida aliança. Assim, as citações que abrem cada capítulo não traduzem, como geral acontece, idéias, conceitos com os quais eu concorde. Pelo contrário, através delas eu pretendi ilustrar o modo de pensar dos diferentes sujeitos sociais. E procurei fazê-lo com humor. O humor aqui não tem o objetivo apenas de tornar a leitura leve ou agradável, mas de colocar a nu as razões e as conseqüências dessa aliança, botar para fora o grotesco da situação, como numa caricatura. Tem também o objetivo de evidenciar a minha intervenção na condução e no resultado desse trabalho. Não tive a pretensão de apresentá-lo como sendo a verdade sobre a CSCB, sobre o PC ou sobre O PAIZ e nem mesmo sobre a aliança, mas procurei mostrar que a construção do objeto, o tempo todo, está mediada pela minha reflexão. Meu

5. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, 1).

objeto, repito, é a aliança. Procurei mostrar os registros que a evidenciaram, como e porque me acerquei deles e quais as reflexões que me propiciaram, de modo que ao recuperar o processo de sua constituição, estarei recompondo o meu próprio percurso: os caminhos que percorri e as razões de o fazer.

Assim, ao me propor analisar a fala de O PAIZ, algumas indagações me acompanharam todo o tempo: como dialogar com sujeitos históricos, cuja fala foi “congelada”, sem obrigá-los a um silêncio constrangedor; que procedimentos me resguardariam de colocar em suas bocas palavras que jamais proferiram; como não impingir ao passado a simples projeção de certezas presentes?

Dois caminhos se descortinaram:

– O primeiro, bastante transitado, não apresentava surpresas: me conduziria a procedimentos seguros e a resultados garantidos.

Tratava-se de me acercar dos discursos buscando identificar seus pressupostos. Em seguida, construiria um contexto de época (com a historiografia) para então realizar – a partir de conceitos e categorias bem definidos – o confronto do discurso, isto é, de seus pressupostos com a “realidade histórica” e verificar a adequação ou inadequação recíprocas, sem considerar que tal “realidade histórica”, construída “a priori”, separada do discurso analisado, não passaria de uma simples dimensão discursiva.

A formulação de conceitos, a análise do discurso, a elaboração do contexto e o posterior confronto seriam momentos separados do processo de investigação, mesmo quando realizados simultaneamente.

– A segunda alternativa nem chega a se configurar como um caminho, pois como salienta Thompson, no acontecer social, a lógica (pressões ou leis) está sendo continuamente infringida pelas contingências, daí a necessidade de o historiador adotar um outro tipo de lógica e que dê conta de procedimentos adequados aos fenômenos históricos que estão sempre em movimento e evidenciam manifestações contraditórias. Essa é a lógica do historiador e que deverá estar implícita a cada confronto empírico e explícita na maneira pela qual o historiador se posiciona ante as evidências e as perguntas propostas. Nesta lógica as operações efetivas não são visíveis passo a passo<sup>6</sup>.

Se considerarmos que os recursos da linguagem são recursos históricos – doutrinas, conceitos que se elaboram pela experiência de

6. THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

viver de cada época e de seus grupos sociais, portanto dentro de um campo conceitual que é histórico e não apenas filosófico – não dá para separar o discurso das condições históricas de sua produção.

Analisar, portanto, o discurso de O PAIZ, resgatando as condições de sua produção, passa por desvendar a natureza das relações sociais que concorre para construir. Nesse caso, parece-me pertinente indagar com Marcos Silva sobre quem domina quais linguagens, o que coloca em cena a questão do direito à fala e da luta dos dominados para se apresentarem como sujeitos. Para o historiador fica a impossibilidade de considerar qualquer forma de linguagem como neutra ou “despolitizada”, e a necessidade de considerá-las como constituindo certas modalidades de relações sociais e influenciando na constituição de certa memória<sup>7</sup>.

Não se trata pois de opor à “mentira” do discurso a verdade da ciência ou de separar no discurso seus elementos de mentira e de verdade, mas de considerar conforme nos recomenda Foucault que “os discursos não são em si nem falsos, nem verdadeiros”<sup>8</sup>, mas que revelam o modo específico de inserção de seus emissores no acontecer social. Trata-se, pois, de desvendar a política de produção de verdade ou como nos diz Chauí<sup>9</sup> de elaborar o contra-discurso.

Elaborar um contra-discurso não seria, portanto, emitir um outro mais verdadeiro, objetivo, científico, mas colocar em movimento a contradição interna do discurso analisado. Não se trata aqui de preencher as lacunas do discurso com os dados verdadeiros da ciência, mas de que, ao se desvendar o lugar social de onde fala (isto é quem o produz, porque, com que interesses, a quem serve?) se desvende o seu caráter de classe, e se desmascara a sua pretensa universalidade. Nessa busca é preciso estar atento a menor inflexão, a mais leve hesitação. Em que pese o tom neutro de sua fala, o jornal se denuncia no jogo de palavras em que se esconde.

Considerando as coisas por esse prisma, veremos que a linguagem (incluindo o discurso jornalístico) revela o modo específico de representar o real e as estratégias de intervenção nesse mesmo real.

7. SILVA, Marcos. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, (11), 1986.

8. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

9. CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: ————. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, CEDEC, Paz e Terra, 1978.

O primeiro capítulo *O TREM DA HISTÓRIA* tem por epígrafe os versos de Ronaldo Bastos:

“Quem perdeu o trem da história por querer perdeu o juízo  
sem saber foi mais um covarde a se esconder diante de um novo  
mundo”

Com este título e com esta citação busquei enfatizar uma certa similitude entre a fala da CSCB/O PAIZ em 1923 e as falas do poeta e de muitos historiadores, hoje. A imagem do trem que não conhece atalhos ou desvios me pareceu adequada para expressar essa visão de história muito comum em nossos dias, na academia e fora dela, em que se pensa o processo histórico como linear e evolutivo, operando-se com uma noção de tempo vazio, homogêneo preenchido com os mesmos acontecimentos e marcos.

Senão vejamos:

Em fevereiro de 1923, O PAIZ reabre sua página operária propondo a unidade da classe diante do que denominou a “coesão reacionária”. Para tanto promove várias reuniões de líderes, a primeira delas em sua própria sede. Mas desde o princípio, estabelece as regras do jogo: unidade dentro da ordem, em colaboração com o capital, com o argumento de que “os reais interesses proletários e capitalistas, que são definidos e permanentes, não devem sofrer injunções oportunistas, perturbadoras das mais altas conveniências nacionais”.

A essa reunião compareceram líderes operários de diferentes tendências, comunistas, anarquistas, sindicalistas-cooperativistas, além de representantes da Sociedade Nacional da Agricultura e do Instituto de Engenharia Militar.

Entre os oradores está o anfitrião, Jarbas de Carvalho, redator secretário de “O PAIZ”. Para este, aquele é um “momento de profundas modificações na estrutura da velha sociedade humana” que se inscreveriam num movimento mais amplo de mudanças. O reconhecimento do direito de Trabalho é considerado como um desdobramento natural da Revolução Francesa: a realização de seus ideais democráticos de justiça corporificados na Declaração dos Direitos do Homem.

“Evidentemente, chegamos ao momento de profundas modificações na estrutura da velha sociedade humana. Se a destruição da Babilônia deslocou a civilização para o ocidente; se os Estados Gerais destruíram o feudalismo; se as aspirações democráticas de 1789 tiveram a “Declaração dos direitos do homem”, é certo que

a grande guerra sacudiu os alicerces de preceitos anacrônicos. . .”<sup>10</sup>

É constante no discurso de “O PAIZ” esta noção de que a história é o desdobramento ou aperfeiçoamento de princípios que já estão dados e que por isso caminha para um fim predeterminado, conhecido. Em consequência, toda mudança possível está inscrita no ideário liberal e sua realização é questão de tempo.

Parodiando Ronaldo Bastos, é como se a história fosse um trem. Da Babilônia à CSCB, eis o trajeto.

O PAIZ se auto define como conservador, mas de espírito eminentemente evolucionista:

“É um jornal moderno, na sua acepção evolutiva. E ser um jornal moderno sem ligação com o gigante que está modificando a política das nações, realizando utopias, modelando as novas matrizes da vida, seria uma ficção”<sup>11</sup>.

Se não dá para ignorar o gigante que é capaz de modelar novas matrizes, realizar utopias, o melhor que se tem a fazer é traçar com clareza os limites nos quais esse gigante poderá se mover: é apenas o direito cristão de viver melhor que lhe está sendo permitido.

Constrastando com a estreiteza de tais limites, o tom solene do Sr. Jarbas de Carvalho nos passa a idéia de que a classe operária vive o seu momento decisivo, definitivo.

“Repito-vos: oferecendo as nossas colunas a justa expansão do proletariado, dentro das fronteiras das boas normas, este jornal não vos quer dar a ilusão de que o faz por simples proteção, mas por sentir o premente apelo de consciência da época em que vivemos”<sup>12</sup>.

Ao falar em premente apelo da consciência da época em que vivemos, é como se ele dissesse: “senhores passageiros com destino ao paraíso, queiram tomar os seus lugares e boa viagem. . .”

10. O PAIZ. 13 mar. 1923.

11. *Ibidem*.

12. *Ibidem*.

Deve ter sido para não perder o “trem da história” que O PAIZ resolveu abrir, ao proletariado, suas páginas e suas portas e cumprir o que julga ser sua missão (que aqui se confunde com a missão mesmo da imprensa) de educar, orientar a classe operária, zelar pelos interesses da coletividade.

Aqui estão as premissas chaves com as quais O PAIZ irá operar durante os dois anos que manterá essa seção: justamente por causa de sua força, de suas reivindicações é que o proletariado deverá ser contido dentro dos limites da ordem. Terá vez e voz desde que não se afaste do bom caminho. Devido à “incontestável evolução que as indústrias vão impondo à sorte dos povos” o proletariado é um elemento de progresso, juntamente com o capital daí a importância que O PAIZ dá na solução dos problemas nacionais à harmonia entre capital e trabalho.

Retornando a alegoria do TREM DA HISTÓRIA, qual será o seu destino? Em que direção caminha? que passageiros carrega? O PAIZ pretende ter como companheiros de viagem todos os proletariados do Brasil, mas enquanto isso não é possível, embarca ao lado da Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, porque “somente ela será capaz de congregar, disciplinar, instruir, impelir as multidões obreiras para o advento da libertação integral”, ou seja, a consecução das “idéias de equidade, justiça e liberdade que são, em última análise os ideais da República”. Sua meta é a criação de uma sociedade onde “todos laborarão alegres e diuturnamente para a família, a pátria e a humanidade”, em que seja assegurada a “posse da totalidade dos proventos da capacidade produtora de cada um”. Reunir em uma só pessoa a condição de trabalhador e proprietário: criação de um “capital coletivo capaz de se opor à ação expoliadora dos capitais singulares” e assim permitir a realização das reivindicações sociais pela “satisfação dos direitos individuais” e a “reconstituição econômica, intelectual, social e política de nossa Pátria”. A coletivização do capital se fará gradativamente, pacificamente através das cooperativas de consumo, crédito e produção<sup>13</sup>.

*UM NOVO PASSAGEIRO* é o título do segundo capítulo. Ele traz de volta a imagem do trem com todas as suas implicações e adverte o leitor de que outro sujeito, outro ator— o PC — acaba de entrar em cena.

13. O PAIZ. *As reivindicações proletárias e os interesses pátrios*. 7 mar. 1923.

## Como epígrafe, uma citação de Lenin:

“Só podem recusar as alianças temporárias mesmo com elementos inseguros, aqueles que não confiam em si próprios e nenhum partido político poderia existir sem essas alianças”.

Com esse procedimento, procurei colocar em evidência a relação da Terceira Internacional com a política então desenvolvida pelo PC.

No Rio de Janeiro, onde a influência socialista é mais acentuada e as tentativas de formação de partido já fazem parte da tradição operária, o debate sobre partido vai tomar rumos bem diferenciados daquele tomado em São Paulo. Em consequência disso, a resistência à idéia de partido é menor, embora coloque o PC frente a outros interlocutores e não apenas ao anarquismo. Se é verdade que a aliança com a CSCB é uma resposta a essa situação concreta, específica, não é menos verdade que ela se inscreve num contexto mais amplo do movimento operário internacional com suas implicações teóricas e práticas.

Colocar a nu a aliança PC/CSCB/O PAIZ significa demonstrar que aquilo que hoje, aos olhos de muitos, possa parecer um desvio é na realidade, uma norma de conduta. Expressa bem a concepção leninista de partido e de revolução.

Não estando preocupada com as reações explícitas que levariam comunistas e sindicalistas-cooperativistas a tal aproximação, preferi encaminhar minhas reflexões em outra direção: quais as premissas que estão presentes nesse tipo de prática e quais as implicações ou consequências que poderiam acarretar para o movimento operário brasileiro.

Os comunistas pretendem chegar ao comunismo pelo caminho único da revolução proletária. Mas, para chegar lá, dizem, é preciso vencer algumas etapas, conquistar aliados. Primeiro – no caso brasileiro – há que se fazer uma revolução antiimperialista e antifeudal com a ajuda dos camponeses e da pequena burguesia. “Frente Única”, essa é a palavra de ordem lançada pelo Internacional Comunista e repetida pelo PC. “Congraçamento”, essa é a palavra de ordem lançada pela CSCB.

Pelo jeito, embora pretendam chegar a destinos diferentes, existe uma “estação” onde as linhas se cruzam.

A aliança PCB/CSCB evidencia o fato de naquele momento as duas facções tinham interesses comuns embora seus projetos fossem diferenciados. Mais do que em semelhança eu prefiro falar em cumplicidade.

Pelo menos no caso aqui analisado, a leitura do social pela ótica da oposição reforma/revolução conduziria a um falso dilema. Embora tal oposição apareça nas falas tanto do PCB quanto da Confederação, a frente única é construída em cima de pontos de convergência: a vanguarda que expropria o trabalhador do direito de pensar e decidir o próprio destino; a crença no Parlamento como o lugar privilegiado para a ação política; o Estado visto como uma entidade capaz de harmonizar os interesses de grupos ou classes para a construção da nacionalidade. O certo é que reformistas e revolucionários estão de braços dados. A CSCB desqualifica a ação do PCB por considerá-lo revolucionário, mas não hesita em tê-lo como parceiro.

Há nos dois discursos, a idéia de que a aliança é passageira pois em cada uma das propostas está implícita a eliminação do outro. Mas no momento é preciso juntar forças para remover do caminho os obstáculos que são comuns, os anarquistas, principalmente.

Tendo que fazer suas opções, traçar suas estratégias levando em conta os outros sujeitos sociais presentes na cena política, a CSCB se vê na contingência de fazer alianças aparentemente estranhas como no caso do PCB. Como em qualquer aliança fará concessões e a primeira delas foi assumir a palavra de ordem comunista de “frente única” em lugar de congraçamento.

O segundo ponto em que teve que ceder foi a inclusão da ação parlamentar no seu programa, até então definido como rigorosamente econômico profissional.

Contudo, não fica claro, em nenhum momento, em que consistiria a apreçoada ação parlamentar da CSCB e pelo fato de não ter havido eleições no período (1923-1924), ela não se vê obrigada a maiores definições. Em vários momentos de sua fala, a “Conferência Permanente de Líderes Operários” é apresentada como a instância em que se desenvolveria a ação político-social da classe operária.

Ao ceder espaço para o PCB na sua seção operária, O PAIZ reserva para si e para a CSCB os editoriais, ocupando as primeiras colunas e sempre precedido de longas manchetes em letras garrafais. Ao seu lado, o PC, seguindo a mesma linha editorial da Revista Movimento Comunista (seu órgão oficial nos anos de 1922 e 1923) se ocupa da defesa da revolução russa e da ditadura do proletariado. Seus artigos constam quase totalmente de traduções de Lenin, Trotski, Losowski, teses e resoluções da Internacional Comunista, etc. Embora chegue em alguns momentos a ocupar a página quase toda, sua fala não se mistura com a da CSCB.

Para o leitor fica claro não só que as falas são diferenciadas e que o espaço “nobre” é da CSCB, mas que cabe a esta o controle da seção. Nesse sentido, as manchetes têm um papel decisivo: eles oferecem de forma sintética a “leitura” da CSCB, realçando pontos, diluindo outros, estabelecendo relações, etc.

Indiretamente, a proposta de “frente única” possibilitava ao PC a aliança deste tipo. Ao colocar os bolcheviques como a vanguarda internacional do proletariado e a si próprios como os porta-vozes brasileiros dessa vanguarda, munidos da concepção científica de socialismo, portanto os únicos instrumentalizados para dirigir o movimento operário, não é de se estranhar que o Partido Comunista fosse portador de uma proposta de frente única – o que em termos sindicais se traduzia em sindicato único.

A aliança com a CSCB, abre ao partido, a possibilidade de penetração em alguns sindicatos e suas cooperativas fora de sua influência, além de significar mais uma voz a clamar contra a pluralidade sindical, apresentando-a não como expressão da diversidade do social, mas como sinal de fraqueza. Ao se colocar como os únicos porta-vozes autorizados da Revolução mundial, é de se esperar que considerem toda divergência como traição, colaboração com o inimigo. Evidentemente que a recomendação para que ponha de lado os “princípios filosóficos ou sociais” só vale para os outros, principalmente para os anarquistas.

A breve aliança do PC com a CSCB, em termos imediatos, significou a conquista de espaço em um dos mais importantes diários da época. Circular pela grande imprensa significava atingir um público maior e diferenciado daquele atingido pela revista MOVIMENTO COMUNISTA. Para um partido recém-criado com a tarefa de disputar o meio operário, aos anarquistas, ponto por ponto, centímetro a centímetro, dispor de uma página operária deve ter sido importante. Suas publicações, voltadas para a defesa da revolução russa, quase sempre se constituíam de traduções de artigos dos teóricos da revolução, considerados pelo partido como a vanguarda das vanguardas. Por que não colocar o público em contato direto com eles?

A recusa anarquista à prática parlamentar sofreu um rude golpe com a fundação do Partido Comunista e é possível que as reiteradas alusões da CSCB ao que denomina seu programa político-parlamentar tenham agido como uma “cunha” no sentido de alargar essa fissura. Essa mútua cumplicidade entre a CSCB/PCB em torno da questão parlamentar faz sentido, se considerarmos que esse é um dos pontos centrais de divergência do partido com os anarquistas e que, para a CSCB, o parlamento pode ser visto como uma alternativa pacífica ao

sindicalismo revolucionário que tanto combate. E os anarquistas, além de pregarem a revolução (entendida pela CSCB como o caos) pregam a abolição do Estado. Justamente do Estado que constitui um dos fundamentos de toda a teoria sindicalista-cooperativista.

*QUEM É O MAQUINISTA?* com este título procurei demonstrar a existência, no interior da aliança, de acirrada disputa pela condução do movimento operário: cada uma das partes querendo imprimir seu “selo” a movimento, impondo seu programa e sua doutrina. Diante de um inimigo forte, unido, disposto a tudo, as divergências doutrinárias – argumentam eles – resultam da estreiteza de pensamentos e tacanhez de espírito, pois há sempre um interesse maior da classe que deve ser preservado, em torno do qual todos devem se unir. Ao definir tais interesses cada um busca desqualificar a proposta do outro e as áreas de discórdia são apontadas, no parceiro, como pontos de debilidade.

Um dos pontos mais importantes da aliança PCB/CSCB/O PAIZ é a busca de unidade da classe operária a partir do silêncio quanto às divergências e não de sua explicitação, o que colocou para a pesquisa a necessidade de um duplo movimento: trazer à tona não só as especificidades de tais projetos, estabelecendo seus pontos de atritos, mas também os pontos convergentes que possibilitariam tal aliança como, por exemplo, a crença na fraqueza da classe e sua contrapartida, o messianismo. Subjacente à idéia de fraqueza está a crença na necessidade de uma entidade, de um partido, de um líder ou de um Estado forte que tutele não só a classe trabalhadora, mas a sociedade em seu conjunto.

Nessa linha de raciocínio, estou querendo dizer que a aliança PCB/CSCB não se constituiu apenas de interesses comuns imediatos e conjunturais como a melhoria das condições da vida da classe trabalhadora como argumentava a CSCB ou pela disputa sindical com os anarquistas, mas principalmente a partir de concepções semelhantes. Ao definir a relação vanguarda-massas cada uma das tendências imprimirá um sentido específico às palavras de Marx *A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*, usadas por mim como epígrafe deste capítulo. Em que pese as diferenças de interpretação, existe um pano de fundo comum: as práticas da CSCB e do PCB conduzem a desapropriação da classe trabalhadora de seu saber político.

## *A Libertação dos Trabalhadores será Obra dos Próprios Trabalhadores*

Essa talvez seja a máxima operária mais popular nos meios sindicais. Aparece com insistência nos comunicados dos sindicatos e freqüente sem o menor preconceito a imprensa operária das mais variadas tendências.

Por detrás dessa aparente unanimidade, ela esconde divergências profundas. Busco alcançar a representação que as diferentes propostas fazem de si mesmas e da classe trabalhadora e, a partir daí, como definem o lugar e a natureza das práticas políticas da classe e, conseqüentemente, o significado que atribuem a essa palavra de ordem. Tentando penetrar o significado que lhe é atribuído por cada uma delas, eu procuro trazer à tona a questão da autonomia organizativa da classe.

Para a CSCB, a sociedade integral tem lugar para todos: a cada um corresponde uma função que deve ser realizada com alegria e prazer, sem ódios ou preconceitos.

“A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. No entanto na conformidade do nosso respeito às seleções cerebrais e morais, reivindicamos para nós os direitos ou penalidades desse pequeno acréscimo: colaborados pela inteligência e o caráter dos proletários intelectuais”<sup>14</sup>.

Ao reconhecer que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, longe de estar defendendo a autonomia organizativa da classe trabalhadora, o que está realmente buscando é tornar bem nítida a linha de demarcação que separa o trabalhador braçal da inteligência dos proletários intelectuais e torná-los conscientes de seu próprio limite e, portanto, da necessidade de tutela. Do reconhecimento pela Classe operária da necessidade de tutela à aceitação de um tipo específico de tutela – a da CSCB – pode ser um passo. Ao incluir na categoria de operário o intelectual, o editorialista tenta alcançar o objetivo prático de incluir em tal categoria a direção da CSCB e a redação de O PAIZ.

14. O PAIZ. *O momento é excessivamente delicado e impõe o máximo critério às partes interessadas na legislação social, sob pena da imprudência de transplantar para o nosso país a odiosidade da luta de classe.* 27 out. 1923.

Nas falas de O PAIZ e da CSCB, a expressão “a-libertação-dos-trabalhadores-será-obra-dos-próprios-trabalhadores” age como um grito de alerta contra os estranhos, as más influências vindas de fora: seja dos politíqueiros à caça de votos, seja dos portadores de idéias exóticas que nada têm com a realidade brasileira. Sendo o Brasil um país liberal, sem preconceitos de classe, de índole pacífica, o proletariado deve precaver-se contra o “canto de sereia” dos que procuram seduzi-lo com promessas vãs.

Aqui podemos notar um duplo esforço do jornal: ao mesmo tempo que procura convencer os trabalhadores de que a CSCB é o seu único caminho, o seu passaporte para o paraíso terrestre é preciso desqualificar as outras propostas, fazendo com que a classe se reconheça como destinatária de sua mensagem. E ela faz isto de várias maneiras. De um lado ela opera com conceitos genéricos que supõe aceitos por todos: pátria, família, eqüidade, justiça, liberdade, interesses nacionais, etc. A colocação genérica de tais conceitos permite ao leitor um espaço e uma possibilidade de preenchê-los com os dados de sua própria experiência.

Na relação entre jornal e leitor, o operariado não tem uma função tão passiva como pode parecer à primeira vista. Está presente em toda a construção discursiva do jornal, quer através da imagem do operário padrão que o jornal pretende formar, quer fornecendo os elementos com os quais o jornal espera ser identificado com o operariado.

A relação paternalista que estabelece com a massa operária pode ser evidenciada não apenas quando emite pareceres e conceitos, mas pelos encaminhamentos práticos que dá às questões do cotidiano operário. Ao promover as reuniões preparatórias para a Conferência de Líderes operários, em nenhum momento se preocupa em ampliar a discussão. Cabe à diretoria das diversas associações indicar seus delegados. E o papel que ela se atribui é, antes de tudo, de mediadora. Mediadora entre o capital e o trabalho, mediadora perante o Estado, mediadora no seio da própria classe trabalhadora, pois ela pensa em si própria como o lugar privilegiado para a conciliação dos contrários: seu programa é oferecido a todos indistintamente como capaz de conter todas as divergências.

O partido comunista por sua vez, representa a si próprio como a camada mais consciente e combativa do proletariado, cabendo-lhe portanto, o papel de orientar e organizar as massas não tão conscientes, por isso necessitadas de alguém que lhes diga o que fazer. Às massas não deixa qualquer veleidade no sentido de pensar o próprio destino. Sua chance de redenção, ao que parece, é diretamente proporcional à sua docilidade em seguir a linha de conduta que o partido fixar para

ela. Mas, para que os partidos comunistas desempenhem a contento sua tarefa de direção das massas, ele próprio deve ser alvo de um rígido aprendizado.

É preciso que ele se aproprie da teoria revolucionária: o socialismo científico desenvolvido por Marx e Engels e do qual Lênin é o herdeiro (e, através dele, o partido bolchevique). A Internacional Comunista depositária da experiência, teórica e prática, da revolução russa, é a escola onde a direção da revolução deve formar-se.

Diferentemente dos escritos anarquistas que valorizavam a livre iniciativa, a solidariedade e a organização espontânea das massas, a partir de 1922 a literatura de esquerda no Brasil vai tornar cada vez mais freqüentes termos como centralização, disciplina, orientação, controle e congêneres.

Todo o imaginário produzido pela IC e pelos partidos comunistas a respeito da revolução russa, silencia cuidadosamente outros sujeitos, portadores de outras propostas. A História que nos é contada silencia outras histórias.

Segundo Castoriadis, a sorte da revolução russa foi jogada no período compreendido entre outubro de 1917 e março de 1921, quando então, a tendência se impôs, tendo para isso que eliminar toda e qualquer organização autônoma do proletariado, e toda oposição dentro do próprio partido – o que não se fez pacificamente. As tendências oposicionistas são sucessivamente vencidas e, com o massacre de Kronstadt (1921), definitivamente eliminadas. Da vitória bolchevique resultaram a progressiva burocratização e a centralização política<sup>15</sup>. Os soviets, que na sua origem representaram a organização autônoma da classe, estavam, à época da fundação do PCB, completamente burocratizados. Entre as vozes que se levantam na Rússia e fora dela contra a revolução russa, melhor dizendo, contra a direção que lhe foi imprimida, estava a dos anarquistas.

A revolução russa representa e encarna, de fato todo um modo de intervenção no social e sua defesa pelo PCB é estratégica e não resulta – como pode parecer à primeira vista – da incapacidade dos seus militantes em pensar a situação concreta do movimento operário brasileiro. O que está em jogo são formas diferenciadas de representar o real que implicam em formas também diferenciadas de intervenção nessa mesma realidade, e, conseqüentemente da relação do movimento operário com

15. CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

a sociedade, com o partido, com o Estado e com as outras tendências do próprio movimento operário.

A revista MOVIMENTO COMUNISTA e a página operária de O PAIZ exercem importante papel na luta ideológica contra o anarquismo no sentido de vencer a resistência do movimento operário à idéia de um partido. A campanha pelo partido, nesse momento, se confunde com a defesa da revolução russa e da ditadura do proletariado como expressão viva, como encarnação prática das possibilidades da doutrina marxista. Assim é que sua imprensa vive praticamente de traduções. Seus temas mais freqüentes: aqueles cujo objetivo seria o de orientar o movimento operário, ora suscitando o debate sobre questões teóricas (a ditadura do proletariado, o Estado, o anarquismo), ora traçando-lhe um painel da conjuntura internacional e/ou do movimento em outros países, com abundante material sobre a Internacional Sindical Vermelha. Em segundo lugar, viriam os artigos sobre a política externa e interna da URSS. Seus artigos sobre a situação brasileira são poucos e se perdem em generalidades.

Em contrapartida, a campanha anarquista contra a idéia de partido se reveste e se confunde com a propaganda anti-soviética: a ditadura do proletariado é a prova da traição, pelos bolcheviques, do operariado russo, do que decorre a necessidade de alertar o proletariado brasileiro dos danos que podem causar um partido. A participação na luta parlamentar é considerada como um ato de colaboração com o inimigo.

Não fica difícil, creio eu, perceber as razões que levam os anarquistas a polemizar com o PCB, reafirmando sua recusa intransigente à ditadura do proletariado, ao partido, ao centralismo democrático e ao parlamento.

No meu entender, a recusa dos anarquistas à idéia de partido não pode ser vista como recusa a uma *idéia*, é sim a recusa a uma prática, envolvendo naturalmente seus aspectos teóricos.

A historiografia, repetidas vezes, ao tratar do movimento operário identificou os anarquistas como apolíticos, devido à sua recusa ao partido, qualificando-a de “atraso” e de “imaturidade” política e de ausência de consciência de classe. Nessa classificação, a prática dos partidos comunistas (mais especificamente do partido bolchevique) era tomada como paradigma.

O que tal historiografia não percebe é que não se tratava de uma rejeição ou desconhecimento da política pelos anarquistas, mas sua maneira de conceber a política levava-os a práticas diferenciadas daquelas que se tornaram indicativas de maturidade e consciência de classe.

Ao desqualificar a prática anarquista, a academia estava apenas recitando uma lição que aprendera de cor: após cumprir sua missão, os anarquistas retiram-se silenciosos da cena política; chegara a vez do partido comunista, portador de maior consciência de classe. Essa visão linear e ufanista formulada por Astrogildo Pereira, em sua obra "A Formação do PCB" é repetida indistintamente por militantes e acadêmicos; com aspas e tudo:

"As grandes greves e agitações de massa do período 1917/1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914/1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia) abrirá perspectivas favoráveis e radicais na ordem política e social dominante. A constatação deste fato, resultante de um processo espontâneo e a bem dizer instintivo de autocrítica que se acentuou principalmente durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, é que levou diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a fundação do Partido comunista" 16.

Subjacente a esta postura está a idéia de um sentido obrigatório, pré-estabelecido para onde a história caminha. As divergências teóricas deixam de ser vistas como expressão de modos diferenciados de pensar e intervir no social: retirada de seu contexto histórico, a polêmica entre anarquistas e comunistas adquire um caráter doutrinário e a discussão passa a se travar em torno da "justeza" ou não de seus princípios.

Outro procedimento não menos comum, que aparece muitas vezes associado ao primeiro, consiste em subordinar a prática política da classe operária (e também do partido) ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. A combatividade da referida classe (ora associada aos anarquistas, ora aos comunistas, conforme as preferências de cada um) embora reconhecida por todos os autores, é por eles circunscrita, de antemão, aos limites estruturais.

A ortodoxia marxista ao privilegiar o fator econômico em suas análises acabou reduzindo a história a uma sucessão obrigatória de modos de produção.

16. PEREIRA, Astrogildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo, Karros, 1979. p.60.

Só podendo correr sobre trilhos, o trem da história, não conhece desvios ou atalhos. Parte sempre do mesmo ponto, faz paradas obrigatórias nas mesmas estações e chega ao conhecido. De uma estação para outra muda de maquinista. Do capitalismo ao socialismo deve ser conduzido pelo proletariado. Coisas do destino. . . Essa noção de necessidade histórica inscrita nos fatos, independentemente da vontade dos homens levou a uma certa produção do conhecimento sobre a classe operária em que o pensar, o sentir, o fazer dessa classe não eram absolutamente levados em conta. O político, entendido de forma bastante restrita, ficava subordinado às chamadas determinações estruturais.

Assim, a literatura sobre o movimento operário é bastante rica em afirmações sobre a fraqueza estrutural da classe e de sua conseqüente falta de capacidade de tecer um projeto para a sociedade, devido ao caráter pouco desenvolvido da indústria brasileira (em comparação com a Européia) e o lugar subordinado que ocupava na economia da Primeira República.

Assim o PC, devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, era considerado um partido inoperante: embora representasse um avanço em relação ao anarquismo, era incapaz de conduzir a classe operária através de seu destino. Não podia fazê-la cumprir sua missão histórica, libertadora, simplesmente porque a vez do proletariado ainda não chegara. O incipiente desenvolvimento capitalista não lhes permitia ter consciência de classe.

Por considerar a classe operária, quase sempre, como simples força de trabalho, os nossos cientistas sociais, historiadores ou não, para minimizar a importância do PCB lançam mão de dados estatísticos. O pequeno número de militantes do PC antes de 1930 é constantemente exibido como prova, espécie de corpo de delito, para demonstrar de uma vez por todas, de forma definitiva e arrasadora de como era inexpressivo o partido, pequena seita, localizada em pequenas áreas geográficas, pontinhas quase invisíveis no imenso mapa do Brasil.

Creio que os partidos comunistas elaboraram as premissas teóricas, a partir das quais, decretou-se o seu próprio descrédito: a aranha se enroscou na própria teia.

*ONDE É QUE VOCÊ PENSA QUE VAI? OU FIM DE LINHA* é o título do quarto capítulo e tem por epígrafe versos de Paulinho da Viola.

“Olá como vai?

Eu vou indo, e você, tudo bem?

Tudo bem eu vou indo correndo  
pegar meu lugar no futuro. E você?

.....

Tanta coisa eu tenho a dizer  
mas eu sumi na poeira das ruas”

*ONDE-É-QUE-VOCÊ-PENSA-QUE-VAI?* É uma maneira, às vezes irônica, às vezes ameaçadora ou apenas jocosa de dizer a alguém que ela não vai a parte alguma. No presente caso o autor da pergunta pode ser o próprio investigador que, conhecendo o final da história, sugere aos leitores que as coisas não caminharam conforme o esperado (pelo PC e pela CSCB, evidentemente). Mas o autor da pergunta também pode ser um novo ator que acaba de entrar em cena. Ou ambos.

A expressão FIM DE LINHA mantém a idéia inicial do TREM.

Cada um dos membros da aliança considera-se portadora de um conhecimento que a habilita para a missão de salvar a classe trabalhadora e com ela a humanidade. A imagem poética de ir correndo pegar seu lugar no futuro e a urgência em fazê-lo antes que outros o façam (inclusive o parceiro) corresponde à primeira parte do título. Cada uma das partes vê a si próprio como possuindo a chave do enigma cuja solução pode levar ao paraíso. Embora a história caminhe para um destino conhecido e inevitável – o paraíso socialista para o PC ou o paraíso cooperativista para a CSCB – a ação do inimigo pode retardar o futuro.

Os dois projetos tinham como condição necessária para a sua realização a conquista do estado.

Trabalhando os editoriais de 1923 procurei desenvolver a idéia de que O PAIZ e a CSCB, ao criticarem a omissão do Estado em relação à questão social, e ao enfatizar a incapacidade e a falência dos políticos profissionais, estavam, de certa maneira, pondo em xeque a ideologia liberal do Estado e apontando para a centralização do poder, é o Estado forte que se assume enquanto tal. A oposição Estado político/Estado econômico vai ficando mais clara na fala de O PAIZ e alcança sua formulação mais explícita, em janeiro de 1924, justamente quando a aliança PCB/CSCB, em torno da frente única, se tornara realidade.

Ano novo, vida nova. Realmente, a virada do ano vai encontrar O PAIZ e a CSCB a todo vapor, gritando aos quatro cantos da terra a quem interessar possa, a sua crença no Estado forte. Creio poder dizer, sem exagerar, que o tema do Estado é um dos pontos fundamentais em

que se apoia a aliança. O PCB está empenhado em defender a necessidade da ditadura do proletariado no processo de emancipação da classe operária, para um movimento operário familiarizado com o discurso anarquista que repudia qualquer forma de poder. A CSCB, por sua vez, portadora de uma proposta de colaboração de classes, de harmonia entre o capital e o trabalho, pensando a libertação não da classe operária, mas da humanidade profissionalizada, evolutivamente, dentro da ordem e da legalidade, tem interesse em reafirmar sua crença na necessidade do Estado, hoje, amanhã e sempre. Além disso, a CSCB empenhada como está em demonstrar a validade da aliança, não perde nenhuma oportunidade de evidenciar os pontos comuns a ela e o PCB, entre os quais, a necessidade de um Estado forte, centralizador.

Aquilo que O PAIZ, Sarandy e a CSCB chamam de omissão do Estado, na realidade, corresponde a um determinado ordenamento da sociedade e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de Estado. Criticam no Estado liberal aquilo que lhe define a natureza: o respeito pelo livre contrato.

Colocar a vinculação do programa da CSCB ao Estado, significa reconhecer na CSCB o direito e até mesmo o dever de reorientar a prática política do Estado (em seus aspectos teóricos e práticos). Ao denunciar a omissão do poder público na questão social, a CSCB e O PAIZ reivindicam maior intervenção do Estado no conflito capital e trabalho, mas fazem mais do que isso – definem a natureza e a extensão de tal intervenção. Ao lado da legislação social é cobrado do Estado que assuma o programa da CSCB – que presida à ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL da sociedade, isto é, que assuma a ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA da sociedade.

Se foi importante para a compreensão da CSCB e de sua aliança com o PCB buscar a representação que fez do Estado, percebendo-o como *conceito e como proposta*, é igualmente importante entendê-lo como *relação, como agente*, isto é, como entidade que legisla, que propõe uma política, etc.

Se na sua prática cotidiana a CSCB procura intervir na política estatal, definindo-lhe o caráter, propondo soluções, apontando caminhos, a recíproca não é menos verdadeira: o Estado procura estabelecer regras dentro das quais os diferentes segmentos sociais deveriam se mover, inclusive a CSCB e o PCB.

Sarandy e a CSCB tinham um sonho: promover um pacto social sob a bandeira da unidade sindical: trabalhadores e patrões em íntima harmonia e colaboração sob o que denominam de “criteriosa assistência do Estado”. Embora não acalentasse exatamente o mesmo projeto,

Bernardes tinha um sonho parecido: o controle político da classe trabalhadora, pela cooptação.

Octávio Brandão, em seu livro de memórias, referindo-se à aproximação da CSCB com o PCB, relacionou a “liberdade” com que Sarandy pôs, à disposição do PCB, grande parte da seção operária de O PAIZ com a política desenvolvida por Bernardes no sentido de transformar o movimento sindical, envolvendo-o numa prática de conciliação de classe<sup>17</sup>.

Se pensarmos a aliança PCB/CSCB como expressão de uma política mais ampla do Estado no sentido de cooptar a classe operária ou setores dela através de seus organismos – talvez possamos entender o papel desempenhado pelo “O PAIZ” como patrocinador dessa frente: não é apenas um dos atores mais ativos em cena, é também o autor e diretor da peça.

Durante os dois anos de vida de NO MEIO OPERÁRIO foram postas em discussão as grandes questões relativas ao movimento operário: o partido, a relação vanguarda/massas, a legislação social, o sindicato e o Estado.

A discussão desses temas, no interior de uma aliança “presidida” pelo poder, tinha por finalidade apontar a direção que ela deveria tomar, circunscrever-lhe o espaço tolerado, demarcando limites, definindo práticas. Encaminhando a reflexão nesse sentido, desaparece a aparente ambigüidade do governo Bernardes que, se por um lado, reprime duramente a classe operária e governa em permanente estado de sítio, por outro lado, procura dar à questão social um tratamento diferente daquele, definido tão bem pela famosa frase de seu sucessor como uma mera questão de polícia.

A segunda parte da epígrafe se refere especificamente aos sindicalistas-cooperativistas.

“Tantas coisas que eu tinha a dizer mas eu sumi na poeira das ruas”.

Muitos elementos contidos no seu ideário são incorporados pelo Estado que emerge da revolução de 1930. E, ironicamente, justamente quando isso ocorre é que o sindicalismo-cooperativista vive sua crise mais profunda, que culmina com o seu total alejamento do processo político brasileiro.

17. Octávio BRANDÃO, *op. cit.*

A exposição de motivos da Lei de Sindicalização de 1931, assinada por Linolfo Collor e que, pelos princípios que defende, poderia ter sido escrita por Sarandy Raposo, propôs realizar a harmonia entre capital e trabalho, sob o olhar vigilante do Estado, especificamente do Ministério do Trabalho. Mas a referida lei, ao atrelar os sindicatos ao recém-criado Ministério, faz com que os sindicalistas-cooperativistas percam o acesso a um dos elementos chaves de sua proposta. Não bastasse isso, em 1932, outra lei regulamenta o funcionamento e a criação das cooperativas, vinculando-as ao Ministério da Agricultura. Quebram-se os elos que vincularam as cooperativas aos sindicatos.

A partir dessa data o sindicalismo-cooperativista vai perdendo forças, embora se torne política oficial do governo nos anos de 1933-1934. Enquanto grupo, desaparece completamente em 1938, até da memória. Como corrente ideológica tem o seu ideário incorporado à tradição.

*ONDE ERA MESMO O PARAÍSO?* Ao iniciar o último capítulo com essa pergunta, foi minha intenção reafirmar para o leitor a minha descrença no paraíso cooperativista (e no paraíso comunista) nos moldes em que era pensado.

“Despedacei tanto sonho  
ao correr atrás da vida,  
que tendo-a para mim segura  
e com ela os meus segredos  
vi que deixara perdidas  
as razões desse correr,  
já perdera a fechadura.”

Com os versos de Adolfo Casais Monteiro eu quis trazer para o debate toda a complexidade do social, impossível de ser aprisionado em esquemas e fórmulas previamente elaboradas, quer como prática política, quer como produção do conhecimento.

Assim, preferi pensar as opções tomadas pelo Estado, pelos grupos, pelas classes, pelos partidos não como expressão de projetos prontos e acabados, mas como resultado do embate entre as diferentes forças sociais em presença, portanto comportando improvisação de papéis no esforço de definir caminhos, de direcionar ou sustar processos para fazer frente a situações que lhe são colocadas pelo desencadear dos acontecimentos.

Desse modo, considero o PCB, a CSCB e O PAIZ não só como expressão de lutas e conflitos vivenciados, mas também como formas de construir estratégias de controle social, valores mentais, culturais que constituem uma determinada memória histórica onde está subjacente a fragilidade, a passividade, a desqualificação da classe trabalhadora. Em outras palavras, o controle da classe se deu também no interior do próprio movimento.

Com a pergunta ONDE ERA MESMO O PARAÍSO? reponho, com outras palavras, a questão inicial contida no título geral do trabalho. Mais do que uma pergunta contém uma afirmação. Afirmação de que o paraíso não passou de um sonho (ou um engodo?) não porque a CSCB e o PCB tiveram suas propostas vencidas, mas porque a sua realização passava pela expropriação do trabalhador do seu saber fazer político.

Quero chamar a atenção para o fato de que reconstruir a trajetória da CSCB e de seu líder permitiu redimensionar as práticas reformistas da classe operária na Primeira República, buscando entender as novas relações que se estabelecem após 1930 entre a classe operária e o Poder não apenas nas razões de Estado ou nas chamadas determinações estruturais, mas no interior do próprio movimento sindical.

Para nós historiadores, estudar a década de 20 – não partir de respostas prontas, de modelos pré-estabelecidos, mas empenhados em indagar, investigar – tem significado pôr em xeque uma idéia já cristalizada na historiografia de considerar 1930 como um divisor de águas, uma ruptura radical com o passado.

Edgard De Decca defende a tese de que o tema da Revolução de 1930 traz consigo toda uma relação de poder e uma carga de significados que lhe foram atribuídos pelos atores no exercício de sua prática política. A historiografia não questionando a razão e o processo de constituição desse tema e desse marco, vem perpetuar as relações que lhe são subjacentes: mesmo pretendendo ser crítica não consegue se mover fora do campo constituído por essa memória<sup>18</sup>.

De fato, a análise da Revista do Trabalho nos mostra que o governo saído da Aliança Liberal, que se auto-denominou de República Nova procurou apresentar-se como tal. O passado recente foi memorizado como o tempo das trevas, do caos, pela incapacidade do Estado Liberal em compreender os anseios coletivos e em submeter aos interesses gerais da nação, os mesquinhos interesses de classes. O presen-

18. DE DECCA, Edgard. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

te, por sua vez, é apresentado como um tempo de luz, de paz, de concórdia, de construção coletiva, o tempo da Nação. Apropriando-se do tema da revolução, muito presente na década anterior, o poder aparece como o seu realizador. Desse modo, cria-se a idéia de um Estado-Guardião dos interesses do povo, inclusive da classe trabalhadora. À legislação trabalhista iniciada com a Lei de Sindicalização de 1931, é conferido o caráter de dádiva do Estado. Total silêncio sobre as lutas da classe trabalhadora. É interessante notar que essa manipulação se faz sob o disfarce da novidade<sup>19</sup>.

Também em 1937, o discurso do poder é bastante enfático no sentido de apresentar a proposta de fundação do Estado Novo como sendo uma revolução. Contudo, 1937 não é visualizado como o começo de tudo, mas como um desdobramento natural e necessário da revolução de 1930<sup>20</sup>.

Esta relação de causalidade está presente também na historiografia: deixando de lado a complexidade do social, recuperam-se aqueles acontecimentos que, dispostos em ordem cronológica, como elos de uma cadeia, nos oferecem uma visão evolutiva e linear de processo. Neste trajeto, perdem-se as múltiplas origens e dimensões, não só do projeto corporativo, mas de todo o processo de racionalização sofrido pela classe trabalhadora. Se o partido comunista e a CSCB desempenharam importante papel nesse jogo, eles não foram seus únicos protagonistas. Nessa linha de reflexão, concordo com Déa Fenelon quando afirma que para alcançar o significado das opções tomadas no processo de luta, há que se buscar os agentes históricos diferenciados, seus projetos e suas estratégias, pois a dominação e a racionalização do trabalho fazem-se através de uma multiplicidade de projetos, muitas vezes conflitantes entre si<sup>21</sup>.

Buscando compreender a relação CSCB/PCB/O PAIZ no contexto do projeto sindicalista e de sua relação com o Estado, levantei outras fontes que dessem conta de outras dimensões desse processo, de outras práticas, de outros sujeitos. E o simples “passeio” por esses

19. Fundada em 1933 sob a direção de Francisco Alexandre e Gilberto Flores, a REVISTA DO TRABALHO se propõe veicular “Informações Sociais, Legislação, Doutrina”.

20. A este respeito, veja-se: GOMES, Ângela M. Castro. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. & GOMES, A. M. C. *Estado novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

21. FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, (7), mar. 1984.

registros me faz vislumbrar uma trama tão complexa e uma tal riqueza de possibilidades que eu não resisti à tentação de saltar a imaginação. Tendo chegado ao fim de minha jornada, em vez de apresentar no final do trabalho a tradicional conclusão, onde normalmente se faz uma síntese ou uma amarração dos pontos tratados no decorrer da pesquisa, optei por apresentar alguns dados para a reflexão, discutir alguns possíveis encaminhamentos de pesquisas futuras. Assim, procurei levantar algumas questões que considero importantes não apenas para compreender a política cooperativista e seus antagonismos, mas para a compreensão do próprio Estado na sua trajetória até o ESTADO NOVO. São apenas hipóteses, pequenos indícios. Nessa perspectiva, creio que o estudo do reaparecimento do sindicalismo-cooperativista como política oficial do Ministério da Agricultura é um veio muito rico a ser explorado.

Alguns dados para reflexão:

Em 1933, Juarez Távora assume a “pasta” da Agricultura e decide pôr em prática o Plano Geral de Organização Agrária com o objetivo de reestruturar a economia do país, partindo do pressuposto da “vocaçao agrária do Brasil”. Para viabilizar seu programa criou a Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista, logo transformada em Diretoria da Organização e Defesa da Produção (D.O.D.P.) sob a direção de Sarandy Raposo.

Em seu discurso de posse, o Ministro fala em libertar os serviços técnicos da engrenagem burocrática, garantindo a descentralização administrativa sem prejuízo da centralização doutrinária. A centralização doutrinária a que se refere é a adoção do “Sindicalismo-Cooperativista em todas as suas modalidades”, objetivando favorecer o produtor do campo e o consumidor da cidade pela supressão do maior número possível de intermediários<sup>22</sup>.

Adotar o sindicalismo-cooperativista implicava em que, na reorganização do país, sindicatos e cooperativas ocupassem lugar de destaque. Mas como resolver essa questão, se a legislação era bastante explícita quanto ao caráter unitivo do sindicato? Bem, a saída foi estabelecer uma diferenciação técnica entre sindicatos político-sociais e sindicatos econômico-profissionais. As referidas áreas de competência

22. TÁVORA, Juarez. *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1957. Esse mesmo discurso é lido na sessão de 31 de julho de 1936, na Câmara Federal para que constasse em seus Anais, pelo Deputado José Miller. Veja-se Diário do Poder Legislativo, p. 14.830-14.842.

ficaram assim divididas: ao sindicato econômico-profissional cabe atender aos interesses econômicos de seus associados sem distinções ou preocupações políticas ou religiosas, integralizando o trabalhador na vida econômica do país. Sua ação se dá no plano estritamente material. Reúne profissionais do mesmo ofício ou de ofícios afins (sindicato de empresa). Em contrapartida, o sindicato de classe deve zelar pelos interesses políticos das classes integralizando-as na vida administrativa e legislativa do país.

Na fala sindicalista-cooperativista, aparece com certa frequência a idéia de que os sindicatos econômico-profissionais tendem a acabar com a luta de classes, substituindo-a pela solidariedade, enquanto os sindicatos político-sociais a estimulam<sup>23</sup>.

Essa distinção quanto à natureza dos sindicatos é que vai permitir ao Ministério da Agricultura criar os seus próprios sindicatos ou consórcios profissionais-cooperativos. Finalmente, o Estado ouvira os pungentes lamentos de Sarandy Raposo e resolve colocar em prática a doutrina sindicalista cooperativista. Sarandy vê o seu sonho ir se tornando realidade, através de uma legislação que vai removendo energicamente as pedras do seu caminho.

Assim é que o decreto-lei de nº 23.611 (20/12/33) tomava “atribuição privativa dos Consórcios Profissionais-cooperativos a organização de cooperativas de qualquer espécie”. Outro decreto (de nº 24.647 de 10/07/34) ou Lei Geral da Cooperação que, entre outras coisas, estabelecia a constituição do Patrimônio dos Consórcios Profissionais-cooperativos, conforme palavras do Ministro, levou bastante tempo para ser sancionado devido às controvérsias primeiro com o Ministério do Trabalho e depois com o Ministério da Fazenda que impugnaram “vários favores aí concedidos às cooperativas”<sup>24</sup>.

O Patrimônio dos Consórcios se constituiu num dos pontos espinhosos de polêmica dos sindicalistas-cooperativistas com seus opositores. Objeto do Capítulo III da referida lei, tal patrimônio destinava-se “à concessão de auxílios financeiros às organizações sindicalistas-cooperativistas já existentes ou a fundar”.

23. HEHL, BRENO F. Sindicatos de classe e sindicatos Econômico-Profissionais. In: SINDICALISMO cooperativista: conferências. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatística e Publicidade, 1933. [Secretaria de Estado da Agricultura].

24. Decretos transcritos na íntegra por LUZ FILHO, Fábio. *O cooperativismo no Brasil e sua evolução*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1939.

O reinado do sindicalismo-cooperativismo dura pouco e seu período áureo é também aquele em que enfrenta uma oposição decidida, organizada, dura.

O Paraíso não era tão simples de ser alcançado, a realização do sindicalismo-cooperativista não era só uma questão de tempo como vivia repetindo O PAIZ e nem bastava a firme intervenção do Estado.

Em 1936, essa disputa ganha o Parlamento e em 1938, com o Decreto-Lei nº 581, de 1º de agosto, que revoga a legislação sindicalista-cooperativista, tem o seu desfecho.

Documentos da época, como boletins do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo e discurso parlamentares, apontam para a liderança da Secretaria de Agricultura de São Paulo no combate à legislação Sindical-Cooperativista. Polarizando a discussão, através do seu Departamento de Assistência ao Cooperativismo, dirigido por Luis Amaral, mobiliza, em torno de si, outras secretarias de Estado e alguns parlamentares.

Nessa polêmica, o cooperativismo livre é apresentado como o verdadeiro cooperativismo na medida em que, por definição, as cooperativas não podem ter caráter de classe devendo congregar em torno de si, indivíduos de todas as classes para a defesa comum da produção e do consumo. A legislação federal, a partir de 1933, é apontada como um entrave ao desenvolvimento da cooperação em São Paulo, porque além de inconstitucional por ferir a autonomia dos Estados, tornou lento e penoso o processo, devido às formalidades legais exigidas. Não bastasse isso – argumentam – o atrelamento das cooperativas aos consórcios (sindicatos) torna onerosa a criação de cooperativas, na medida em que estas têm, por lei, que transferir uma parte de seus lucros aos consórcios parasitários sem função.

Significativa é a periodização que fazem do cooperativismo no Brasil, pois consideram marcos importantes desse processo justamente aqueles que, na sua opinião, são adversos ao sindicalismo-cooperativista. Trabalhos como os de Fábio Luz Filho, Luís Amaral e Luciano Pereira, escritos logo após o decreto que revoga a legislação de 1933-34, visam a desqualificar a ação da CSCB e do sindicalismo-cooperativista como um desvio dos princípios universais do cooperativismo. Nesse sentido, a nova lei aparece como o coroamento, a chave de ouro com a qual se encerra um processo tortuoso que, finalmente, encontra seu rumo certo definitivo. São livros com o tom e o sabor de

uma sentença do tipo “e-não-se-fala-mais-nisso”<sup>25</sup>. Trata-se da versão do vencedor, a que perdura na maioria das obras atuais sobre cooperativas no Brasil. O sindicalismo-cooperativista praticamente não aparece da mesma maneira que a CSCB, não consta de nenhuma obra sobre o movimento operário, mesmo quando vários componentes de sua proposta vão estar vivos na política sindical do pós-30<sup>26</sup>.

Nesse processo de disputa entre as duas tendências, a periodização aparece como um momento importante, pois representa uma leitura seletiva do passado e como tal deve se ligar ao presente e ratificá-lo. Trata-se de decidir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, colocando-se, em última análise como senhor absoluto da lembrança e do esquecimento.

Estou sugerindo que o controle da classe trabalhadora pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, foi um processo longo, difícil, muitas vezes improvisado diante da necessidade de dar respostas a uma série de fatores adversos, muitos deles presentes no interior do próprio Estado, não resultando, portanto, de um projeto claro previamente traçado.

Acredito mesmo que entre seus opositores estavam os sindicalistas-cooperativistas com sua proposta de reordenação da economia através de seu Plano Agrário. A política cooperativista tal como foi concebida nos anos de 1933-34, tanto em sua formulação teórica como em sua expressão legal, envolvia amplos segmentos sociais, e tocava em pontos-chaves da economia brasileira, como a estrutura agrária, a distribuição de crédito, atividades ligadas à exportação, além de abranger outras dimensões da vida social como saúde, instrução, alimentação, habitação e até lazer e é natural que desencadeasse um movimento de pressões adversas nos próprios órgãos do governo onde tais interesses fossem bem representados, como no caso da Secretaria da Agricultura de São Paulo e mesmo em outros Ministérios como os da Fazenda e do Trabalho.

25. As obras a que me refiro são: LUZ Filho, Fábio. *O cooperativismo no Brasil e sua evolução*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1939. SILVA, Luciano Pereira. *O cooperativismo no Brasil*. *Revista de Direito Administrativo*, 2(2), 1945. AMARAL, Luís. *O cooperativismo*. s.n.t.

26. Dos autores que trabalharam com a questão operária, apenas J. F. DULLES, em sua obra *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, faz referência à CSCB e à sua relação com o PCB, limitando-se a repetir as colocações feitas por Octávio BRANDÃO em suas memórias: *Combates e Batalhas*, op. cit.

Com esses dados, eu pretendi ilustrar a idéia de que, nesse embate, o que está em jogo ultrapassa uma simples polêmica sobre a presença ou não da classe operária como agente e beneficiária da atividade cooperativista ou sobre a melhor maneira de se praticar a cooperação, envolvendo um projeto muito mais ambicioso de reordenação da sociedade nos moldes corporativistas, em que um dos seus principais oponentes talvez seja o Ministério do Trabalho – igualmente portador de um projeto de organização do social, também em moldes corporativistas, porém bastante diferenciado daquele do Ministério da Agricultura. Talvez se trate de dois projetos de hegemonia colocados frente a frente. Hegemonia aqui entendida como uma categoria que no dizer de Raymond Williams<sup>27</sup> – deve ser apreendida na experiência e pela análise, isto é, hegemonia vivida. Em outras palavras, hegemonia pensada como relação, não existindo passivamente apenas como forma de dominação, mas tendo que ser renovada continuamente, recriada, definida, modificada, passível de sofrer pressões que não são as suas pressões.

Não estou de forma alguma querendo reviver a falsa polêmica entre agrarismo e industrialismo, pois creio que, além de chocar-se com a política do Ministério do Trabalho, o Plano Geral de Organização Agrária feriu interesses poderosos e, de certa forma estabelecidos, no próprio campo da política agrária. A existência de um projeto corporativista com clara opção pela industrialização e sua contrapartida, o controle da classe operária, mediado pelo Ministério do Trabalho, a meu ver, não exclui a possibilidade de que paralelo a ele, um outro projeto tenha sido tentado (e fracassado) entrando para a galeria dos “possíveis não realizados”.

Aprofundar o verdadeiro significado e a amplitude da oposição entre os ministérios do Trabalho e da Agricultura (o que foge do propósito deste trabalho) apresenta-se como uma possibilidade de investigação ainda inexplorada. Demandaria, sem dúvida nenhuma, uma minuciosa pesquisa envolvendo as práticas políticas do Ministério da Agricultura, de várias Secretarias da Agricultura como as de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, do Instituto do Café, chegando ao Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho, sem esquecer o Parlamento.

27. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Ao me propor um diálogo a partir de nossas pesquisas<sup>28</sup>, Antonieta, você está contribuindo de forma significativa para o avanço deste debate. Como uma luz no fundo do túnel, capaz de iluminar o caminho a ser percorrido em futuras investigações, suas reflexões no sentido de pensar a proposta sindicalista-cooperativista como um enfrentamento do sistema fabril e sua forma de organização do trabalho, mostraram-se capazes de tornar mais claro também o percurso por mim já percorrido.

Como você observou com bastante acuidade, a realização da proposta sindicalista-cooperativista implicava no estabelecimento de uma ordem social inteiramente nova a partir de uma forma também nova de organizar o trabalho. Prescrevendo-lhe outros espaços, atribuindo-lhe outros papéis, impunha-lhes outros instrumentos para controlar, disciplinar, hierarquizar o processo de trabalho: o espaço da fábrica – como espaço de dominação – substituído pelos sindicatos e respectivas cooperativas. Assim, através do consumo buscavam-se a solidariedade dos elementos de produção e o desaparecimento da força de trabalho. Em outras palavras, a realização do projeto sindicalista-cooperativista passava pela total subversão do sistema vigente de produção, circulação e consumo.

Confrontar nossas pesquisas, nos coloca novamente diante da complexidade do social e, conseqüentemente, diante da multiplicidade de origens e dimensões do processo de racionalização do trabalho.

Nessa linha de pensamento, concordo com você – e tentei demonstrá-lo durante todo o trabalho – que o controle da classe trabalhadora se deu também (mas não exclusivamente) no interior do próprio movimento.

Paralelamente ao esforço do patronato no sentido de expropriar a classe trabalhadora de seu saber-fazer, impondo-lhe ritmos e formas de trabalhar, visando a conseguir sua docilidade e submissão, a ação do PC, por outros meios e por outras razões, se dava no mesmo universo. Atuando no sentido de unificar e padronizar o movimento operário, o PC o conduzia à burocratização de suas reivindicações, restringia-lhe

28. Sobre estratégias de dominação da classe trabalhadora que envolvem a disciplinarização do espaço fabril e de outras dimensões do social como práticas complementares, vejam-se os trabalhos de: ANTONACCI, Maria Antonieta. *IDORT e racionalização do trabalho em São Paulo 1931-1945*. Campinas, FINEP/UNICAMP, 1984. (mimeografado). DE DECCA, Edgard. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, São Paulo (6), set. 1983.

os espaços de mobilização, privava-os de suas formas autônomas de expressão/organização, isto é, decretava sua minoridade política<sup>29</sup>.

NO MEIO OPERÁRIO durou o tempo exato da aliança entre O PAIZ, a CSCB e os comunistas, isto é, até meados de 1924, quando então a referida página operária vai diminuindo. . . diminuindo. . . até sumir de vez em outubro do mesmo ano.

As causas do rompimento não são muito claras, mas vejamos o que Octávio Brandão tem a nos dizer.

Em sua opinião, a CSCB foi uma confederação fictícia e seu líder, Sarandy, embora se dissesse representante de 122 agremiações operárias e de 140 mil operários, na realidade, representava apenas a si mesmo – era, portanto, um impostor e a CSCB uma arapuca.

O PCB teria se limitado a usar (a partir de 1923) as páginas da referida seção operária, assim convertida em importante instrumento da educação das massas.

Em 1924, a CCE do partido já desconfiada do embuste, aproveitando-se da ausência de Astrogildo Pereira, sempre propenso a conciliar, rompe com Sarandy e a CSCB desaparece<sup>30</sup>.

Em sua análise, Brandão reduz a questão das relações do PCB com a CSCB à má-fé de Sarandy e à ingenuidade e falta de firmeza ideológica de Astrogildo. Mesmo quando denuncia as relações entre Sarandy e o Estado, como parte de uma política mais ampla no sentido de transformar o movimento sindical num apêndice do aparelho de Estado, ele não questiona os motivos que teriam levado o PCB a essa aliança. Notemos que a CSCB era portadora de uma proposta sindical muito clara, amplamente divulgada pela mesma seção operária utilizada pelo partido e cuja formulação teórica já se achava publicada em livro desde 1913.

Nesse caso, uma crítica em profundidade à CSCB poria em xeque a própria orientação do PCB para os anos 20. Equivaleria a uma auto-crítica. Daí a opção pelo silêncio: apagar da memória histórica não só a lembrança de seus concorrentes (anarquistas, socialistas) mas de tudo o que pudesse obscurecer a sua imagem de partido do proletariado.

Os sindicalistas-cooperativistas desapareceram e com eles o sonho de levar a classe operária ao paraíso. Sobreviveram, contudo através de muitas práticas – implantadas por outras razões e por outros

29. Sobre a introdução do taylorismo na Rússia, há o interessante trabalho de LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

30. BRANDÃO Octávio, *op. cit.*

atores – que vão desde o atrelamento do sindicato ao Estado até a crença generalizada de que a classe só consegue andar pelas mãos de sua vanguarda.

Já os comunistas, nos seus 65 anos de vida – considerados por muitos como um partido fraco, pequeno e insignificante – fizeram muitas e muitas alianças que lhes valeram cadeiras no Parlamento, cargos públicos, prestígios e até alguns mártires. O certo é que o “trem da história”, tendo que fazer sucessivas paradas nas estações da “transição” não parece ter pressa de chegar ao paraíso socialista.

Pergunto eu: como falar da fraqueza desse partido quando é tão fácil sentir sua presença nos livros, nas escolas, nas praças?

Penso no poeta que disse que “a praça é do povo”, olho à minha volta e assisto à construção da Nova República. Medito sobre a conduta de parte da oposição que – diante da crescente mobilização popular pró “diretas-já” – foi capaz de levantar a bandeira do pacto social e da necessidade de uma *transição* para a plena democracia. E me lembro de como Tancredo Neves, o “arquiteto” da Nova República, quando a emenda Dante de Oliveira ainda era possibilidade, tecia a teia do compromisso e da colaboração de classes. E pergunto: quando e como essa forma de fazer política se tornou tradição entre nós?

Não creio que eu, ou qualquer outra pessoa, possamos falar de fraqueza ou insignificância do partido comunista.